Município de Alcácer do Sal
Reunião de Câmara
Ordinária ☒ Extraordinária ☐
DELIBERAÇÃO
APROVADA por UNANIMIDADE
Data 09/10/2026 O Presidente

Município de Alcácer do Sal

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA

Reunião Ordinária de 27 de agosto de 2026

Ata n.º 16

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do Sal e Salão Nobre do Município, reuniu a Câmara Municipal de Alcácer do Sal. Os trabalhos foram conduzidos pela presidente, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, na presença dos vereadores, António José Freitas Grilo, vice-presidente, Mário Alberto Martins Caixas, Ana Margarida Fura Morgado e Rafael Martins Correia.
A reunião foi secretariada pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha.
Pelas nove horas e trinta, a presidente deu início à reunião.

Período Antes da Ordem do Dia

A presidente deu início à reunião, cumprimentando todos os presentes.
A presidente prestou diversos esclarecimentos, começando por se referir à moção anteriormente aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, apresentada pelo vereador Mário Caixas, relativa à necessidade de remeter à Assembleia da República informação sobre os acontecimentos relacionados com as inundações ocorridas.
A presidente informou que, apesar de ter votado favoravelmente a referida moção e de concordar com o princípio de dar conhecimento dos acontecimentos ocorridos no território e de sensibilizar as entidades competentes para a necessidade de uma maior articulação entre os diferentes organismos do Estado, ainda não procedera ao seu envio.
Esclareceu que, após uma análise mais detalhada do conteúdo da moção e após solicitar apoio aos serviços jurídicos, lhe surgiram dúvidas quanto à formulação relativa a um eventual processo de natureza criminal, bem como quanto ao destinatário e ao

alcance da comunicação. Sublinhou que, no seu entendimento, deve distinguir-se entre a manifestação de uma posição política da Câmara Municipal, com vista ao apuramento das causas dos acontecimentos e à adoção de medidas que previnam situações semelhantes no futuro, e a imputação de responsabilidades de natureza criminal ou o desencadeamento de procedimentos que possam extravasar as competências da Câmara Municipal ou da presidente.

A presidente reiterou que a sua posição foi articulada com os serviços jurídicos e que solicitará que a informação prestada por estes serviços seja formalizada e remetida aos vereadores. Manifestou, igualmente, disponibilidade para que o teor da moção seja reformulado, de modo a salvaguardar a preocupação manifestada pela Câmara Municipal relativamente ao apuramento das causas das inundações e à necessidade de articulação entre as entidades competentes.

Informou ainda que o Município tem vindo a reunir com diversas entidades sobre esta matéria, estando já prevista uma nova reunião para o mês de setembro, na qual deverão ser apresentados dados concretos e informação mais detalhada sobre a forma de atuação. Salientou que o apuramento de eventuais responsabilidades compete às entidades com tutela sobre os organismos envolvidos, designadamente ao Governo, à Agência Portuguesa do Ambiente e à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, não devendo a Câmara Municipal assumir competências que não lhe pertencem.

A vereadora Ana Morgado, solicitou o acesso ao parecer ou informação jurídica que fundamentou a posição da presidente, para que os vereadores pudessem posteriormente pronunciar-se sobre o teor da moção.

Em resposta, a presidente esclareceu que a posição dos serviços jurídicos lhe fora transmitida verbalmente, não existindo ainda documento escrito, mas que solicitaria aos serviços que formalizassem a respetiva informação, para depois ser enviada aos vereadores. Reiterou a sua disponibilidade para reformular a moção, desde que o respetivo conteúdo se mantenha dentro das competências da Câmara Municipal e da presidente.

A presidente, recordou que, na reunião anterior, tinha informado que, a partir de 1 de setembro, passariam a efetuar paragem no terminal rodoviário de Alcácer do Sal duas carreiras de expresso no sentido Lisboa– Sines e duas no sentido Sines– Lisboa, com passagem por Alcácer do Sal e outras localidades do litoral alentejano.

Acrescentou que, posteriormente, foi novamente contactada pelo CEO da empresa Barranqueiro, tendo sido informada de que, também a partir de 1 de setembro, seriam disponibilizadas carreiras com origem em Sete Rios e destino a Albufeira, com paragem em Alcácer do Sal.

Considerou que esta alteração representa uma evolução muito significativa na oferta de transportes no concelho, permitindo passar de uma situação em que não existiam carreiras de expresso com paragem em Alcácer do Sal, para uma oferta de oito serviços. Sublinhou a importância desta melhoria, designadamente para os estudantes que necessitam de se deslocar para Lisboa ou regressar ao concelho, bem como para a população em geral, considerando que a nova oferta constitui uma mais-valia para a mobilidade de e para o território municipal.

A vereadora Ana Morgado manifestou a sua satisfação pelo reforço da rede de transportes expresso, salientando que esta era uma reivindicação antiga dos anteriores Executivos municipais.

A vereadora Ana Morgado, questionou sobre a situação do açude da Barrosinha, nomeadamente quanto à manutenção do rasgo existente e ao risco de ocorrência de novos problemas graves, pretendendo saber se existia alguma previsão ou solução prevista para aquela infraestrutura.

A presidente informou que o vereador António Grilo estava a acompanhar mais diretamente a questão, passando-lhe a palavra.

O vereador António Grilo esclareceu que se trata de uma infraestrutura pertencente a uma entidade privada, cuja tutela não compete ao Município, mas sim à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Informou que, segundo os dados de que o Município dispõe, a APA instaurou um processo de inquérito destinado a apurar as causas e os efeitos da operação de abertura do açude. Acrescentou que a APA terá igualmente notificado a Sociedade Agrícola da Barrosinha para apresentação de um projeto destinado à requalificação e legalização da infraestrutura, uma vez que, de acordo com a informação disponível, a mesma não se encontrava devidamente licenciada ou tinha o seu licenciamento desatualizado.

O vereador acrescentou que existe ainda outro açude, com capacidade inferior, que efetua o represamento da linha de água. No entanto, estando atualmente aberta a linha de água e não tendo esta sido objeto de limpeza, existe o risco de ocorrência de constrangimentos decorrentes da circulação permanente de água, ainda que numa configuração diferente da anteriormente verificada.

Concluiu referindo que a matéria se encontra diretamente sob a tutela da APA, que, segundo a informação transmitida ao Município, se encontra a acompanhar e monitorizar a situação.

O vereador Rafael Correia, colocou três questões ao Executivo.

A primeira respeitante à situação da Estrada Nacional 253, designadamente ao troço referido como sendo entre Santa Susana e Montemor, pretendendo saber se existiam novidades quanto à sua reabilitação.

A segunda questão incidiu sobre a manutenção do encerramento do Parque Urbano após a realização da PIMEL, questionando a razão pela qual o equipamento permanecia encerrado.

Por último, questionou a presença dos Chefes de Divisão nas reuniões de Câmara, considerando que a responsabilidade pela resposta às questões colocadas aos eleitos compete aos membros do Executivo.

A presidente informou de que relativamente à Estrada Nacional 253, que o Município tinha reunido recentemente com a Infraestruturas de Portugal, tendo sido transmitido que o processo de reabilitação daquela estrada se encontrava em curso. Acrescentou que, de acordo com a informação recebida, a empreitada poderia ser lançada ainda durante o ano, embora pudesse haver atrasos decorrentes dos procedimentos de contratação e da elevada procura dos serviços das empresas de construção, na sequência das situações de calamidade que afetaram diversos concelhos.

Quanto ao Parque Urbano, esclareceu que o espaço já se encontrava novamente aberto, tendo sido dada indicação aos trabalhadores municipais para procederem à sua abertura. Explicou que, após a realização da PIMEL, foi necessário reorganizar e verificar algumas situações, tendo posteriormente ocorrido uma falha de comunicação relativamente à necessidade de assegurar a abertura do espaço durante o período da manhã. Logo que a situação foi detetada, foram tomadas as medidas necessárias para regularizar o funcionamento do equipamento.

No que respeita à presença dos Chefes de Divisão nas reuniões de Câmara, a presidente considerou que a sua participação constitui uma mais-valia, atendendo às competências delegadas e ao conhecimento técnico e especializado que possuem relativamente aos assuntos submetidos à apreciação do Executivo.

Esclareceu que a presença dos dirigentes permite prestar esclarecimentos técnicos imediatos aos vereadores, evitando o adiamento de respostas para reuniões posteriores e contribuindo para que as decisões sejam tomadas de forma mais esclarecida e informada. Sublinhou ainda que os Chefes de Divisão participam nas reuniões por solicitação do Executivo e que, no seu entendimento, essa prática deve continuar.

O vereador Rafael Correia, reconheceu a justificação apresentada, mas salientou que a responsabilidade pelas decisões é sempre dos eleitos.

A presidente esclareceu que os Chefes de Divisão se encontram presentes para prestar esclarecimentos técnicos e não para assumir a responsabilidade política pelas

decisões, a qual compete aos eleitos. Reiterou que o Executivo assume integralmente as suas responsabilidades e que a presença dos dirigentes visa apenas garantir uma resposta mais imediata e tecnicamente fundamentada às questões colocadas.

O vereador António Grilo complementou a informação relativa à Estrada Nacional 253, esclarecendo que, na reunião realizada com a Infraestruturas de Portugal, foi transmitido ao Município que o troço entre Foros de Corte Pereiro e Alcácer do Sal se encontrava previsto no plano de atividades e orçamento da entidade para o segundo semestre, estando previsto o lançamento da respetiva empreitada até ao final do ano, podendo no entanto os trabalhos ter início no início do ano seguinte, mas sem excluir a possibilidade de começarem ainda durante o ano em curso.

Relativamente à presença dos Chefes de Divisão, o vereador António Grilo, recorreu a uma comparação metafórica, afirmando que existem mudanças significativas quando se transita de um regime ditatorial para um regime democrático, considerando que a situação em apreço poderia constituir de algum modo um exemplo dessa realidade.

Considerou que a presença dos dirigentes permite dar resposta em tempo útil às questões colocadas pelos vereadores e pelos munícipes, contribuindo igualmente para a identificação e resolução de problemas. Sublinhou, contudo, que a responsabilidade política pelas decisões continua a caber aos eleitos, reconhecendo também as responsabilidades próprias das chefias no âmbito das respetivas funções.

O vereador Mário Caixas, apresentou oralmente uma moção, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo I à presente ata.

A presidente agradeceu ao vereador a apresentação da relação dos cidadãos e empresas, salientando, contudo, que a lista apresentada não seria exaustiva, por terem existido outras pessoas e entidades que igualmente colaboraram durante as situações de cheia.

Relativamente ao seu conteúdo, a presidente considerou que a moção apresentada ultrapassava, à semelhança da questão anteriormente discutida, aquilo que entende serem as competências da presidente, designadamente ao prever que o Município procedesse a pagamentos ou ressarcimentos a entidades relativamente às quais não teria sido previamente dada indicação nesse sentido.

A presidente esclareceu que algumas das pessoas e entidades nela identificadas haviam contactado consigo, disponibilizando-se para colaborar, a título voluntário, nas operações realizadas durante as situações de emergência. Informou que não havia dado entrada nos serviços municipais qualquer fatura ou outro documento destinado ao pagamento dos serviços prestados ou dos equipamentos disponibilizados.

Acrescentou, contudo, que iria averiguar junto dos serviços se existiriam pedidos ou indicações para a realização de trabalhos por parte das pessoas e empresas referidas.
A presidente reconheceu a importância da colaboração prestada durante as situações de emergência, salientando que, nas circunstâncias verificadas, todos os meios disponíveis eram relevantes. Reiterou, porém, que a informação de que dispunha apontava para que a colaboração tivesse ocorrido a título voluntário, não partilhando, por isso, o teor da moção quanto à questão do ressarcimento. Manifestou disponibilidade para voltar a dirigir um ofício às pessoas e entidades identificadas, agradecendo a colaboração prestada. Quanto à possibilidade de realização de pagamentos, considerou que a matéria teria de ser devidamente analisada pelos serviços jurídicos.
A vereadora Ana Morgado, questionou o vereador Mário Caixas sobre o facto de, à data das cheias, integrar o Executivo Permanente e deter o respetivo pelouro relacionado com as operações, pretendendo saber se havia assumido algum compromisso com as entidades que colaboraram nas operações de emergência, nomeadamente quanto ao posterior ressarcimento das despesas.
O vereador Mário Caixas respondeu que, relativamente às pessoas e empresas que contactou, o fez com conhecimento da presidente e do vereador António Grilo, tendo a questão sido abordada em diversas ocasiões. Afirmou que transmitiu às entidades contactadas que, embora não dispusesse de meios financeiros para proceder diretamente ao pagamento, o Município assumiria os custos necessários relacionados com os trabalhos ou equipamentos disponibilizados.
Acrescentou que essa posição foi assumida com conhecimento da presidente e do vereador António Grilo, referindo, a título de exemplo, uma reunião acerca do caso do Sr. José Cecílio, realizada nas instalações municipais com a sua participação, a do vereador António Grilo e dos técnicos municipais, Dr.ª Teresa de Sousa e da Dr.ª Ana Freitas, na qual terá sido abordada essa questão.
O vereador Mário Caixas, afirmou, assim, ter assumido essa responsabilidade e manter a posição de que deveria ser adotado um procedimento destinado a aferir os custos efetivamente suportados, reconhecendo que qualquer pagamento teria de ser precedido da correspondente verificação e apresentação dos documentos necessários.
O vereador António Grilo, solicitou que ficasse registado em ata, que parte significativa das afirmações proferidas pelo vereador Mário Caixas, são totalmente mentira, com letras bem maiúsculas.
Salientando a importância da solidariedade demonstrada pelos cidadãos e empresas durante as situações de emergência, considerando que muitas das pessoas

disponibilizaram os meios que tinham ao seu alcance sem perspetiva de obtenção de qualquer benefício financeiro.

O vereador António Grilo esclareceu ainda que, caso algum dos prestadores de serviços considere ter uma conta a apresentar ao Município, deverá dirigir-se aos serviços municipais para que a situação seja individualmente analisada.

O vereador António Grilo, disse que, numa situação de calamidade, a ativação de meios de socorro está sujeita a regras e procedimentos próprios, defendendo que o Município apenas deve assumir responsabilidades relativamente aos meios que tenham sido acionados de acordo com esses procedimentos. Referiu que todos os meios que o Município teve de acionar e pagar foram efetivamente pagos e que aqueles que, nos termos legais e procedimentais, venham a ter de ser pagos serão igualmente objeto de pagamento.

Mais esclareceu que, no seu entendimento, a questão em causa não era a utilidade ou eficácia dos meios disponibilizados pelas pessoas identificadas, mas sim o procedimento seguido para a sua mobilização. Considerou que o vereador Mário Caixas teria acionado autonomamente diversos meios, sem observância da cadeia de comando da operação e sem autorização do Executivo, circunstância que, na sua perspetiva, deverá ser apreciada à luz das competências existentes à data.

O vereador António Grilo, reiterou que, caso algum dos cidadãos ou entidades considere que prestou um serviço ao Município suscetível de ressarcimento, deverá apresentar a respetiva situação junto da Câmara Municipal, que procederá à sua análise individual.

A vereadora Ana Morgado, considerou inadequada a expressão utilizada pelo vereador António Grilo, de que o assunto em debate ter sido concertado entre os vereadores da CDU e o vereador independente, solicitando que a mesma fosse retirada, por entender tratar-se de uma insinuação grave. Salientou que o Executivo não funciona dessa forma e solicitou que a intervenção ficasse registada em ata.

O vereador Mário Caixas afirmou registar a quantidade de vezes que o vereador António Grilo disse que as suas afirmações eram mentiras. Reiterando que, durante o período das intempéries, procurou dar conhecimento ao Executivo das situações que iam ocorrendo, através de mensagens e contactos com a presidente e com o vereador António Grilo. Reafirmou ainda que estes tinham conhecimento das situações relacionadas com os meios mobilizados, juntamente com outras pessoas, quer do Município, quer externas a este.

A presidente reiterou que o Município já havia contactado diversas pessoas constantes da relação apresentada e que nenhuma delas lhe havia colocado, até então, qualquer questão relacionada com pagamentos.

Esclareceu ainda que, caso alguma pessoa ou entidade entenda existir uma situação pendente perante o Município, deverá dirigir-se à Câmara Municipal, que procederá à análise da mesma. Reafirmou, contudo, a sua discordância relativamente ao teor da moção.

De seguida, a presidente colocou a moção à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com dois votos contra da presidente e do vereador António Grilo.

A vereadora Ana Morgado considerou que a resolução da questão competia ao Executivo.

O vereador Rafael Correia, declarou que votara favoravelmente a moção por considerar necessário esclarecer se efetivamente existiam situações de cidadãos ou empresas que aguardavam o ressarcimento de despesas suportadas durante as operações de emergência. Referiu ter conhecimento de, pelo menos, duas situações em que terão sido manifestadas queixas, entendendo que a aprovação da moção permitiria precisamente proceder à averiguação dos factos.

A presidente esclareceu que o Executivo se encontra disponível para ouvir e analisar as situações que lhe sejam apresentadas, mas distinguiu essa disponibilidade do teor da moção submetida a votação. Reafirmou que cada eleito é responsável pelas posições que assume perante os cidadãos que o elegeram e que, relativamente ao conteúdo concreto da moção, o Executivo não poderia concordar com determinados pressupostos nela contidos.

A presidente, disse ainda que, muitas das pessoas que colaboraram durante as cheias o fizeram num contexto de solidariedade e disponibilidade, sem expectativa de pagamento, mas admitiu que quaisquer situações concretas que possam ter sido objeto de um compromisso de pagamento deverão ser devidamente averiguadas.

Concluindo, que até ao momento, não existia nos serviços municipais documentação, designadamente correspondência ou correio eletrónico, que comprovasse compromissos de pagamento relativamente às situações em causa.

O vereador Mário Caixas apresentou oralmente uma Declaração Política, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo II à presente ata.

A presidente esclareceu que a situação relacionada com a pressão da água se encontrava, entretanto, resolvida, salientando que a substituição e recuperação das redes de abastecimento de água em baixa constitui uma intervenção de grande dimensão e que não poderia ser imputada ao atual Executivo, que se encontrava em funções há cerca de dez meses, a responsabilidade pela inexistência de obras dessa natureza.

Referiu que os anteriores Executivos haviam realizado apenas uma parte reduzida da substituição das redes de distribuição de água em baixa em todo o concelho.
Sublinhou, contudo, que a renovação destas infraestruturas constitui uma prioridade do atual Executivo, estando previsto financiamento para esse efeito. Informou ainda que a intenção do Município é proceder gradualmente à substituição das redes, identificando as zonas prioritárias e avançando posteriormente com os procedimentos e concursos necessários.
A presidente esclareceu que, à medida que os respetivos procedimentos forem desenvolvidos, os processos serão submetidos à Câmara Municipal com a informação necessária, incluindo os elementos constantes do Sistema de Gestão Documental, permitindo aos vereadores acompanhar os processos e deliberar sobre os mesmos nos momentos em que tal seja legalmente exigido.
Relativamente à entidade Águas do Alentejo, a presidente, informou que o Município mantém contactos regulares, através de correio eletrónico, telefone e outras formas de comunicação, sempre que ocorrem problemas relacionados com o abastecimento.
Referiu, a título de exemplo, uma situação recente ocorrida no Torrão, caracterizada por baixa pressão e, em alguns locais, falta de água, durante um período de elevada afluência de população. A presidente afirmou ter mantido contactos com o Presidente da Águas do Alentejo durante todo o fim de semana, tendo sido articuladas medidas com aquela entidade e com os bombeiros para estabilizar a situação.
A presidente acrescentou que solicitou uma reunião urgente com a Águas do Alentejo para abordar várias questões relacionadas com o abastecimento de água no território, entre as quais a comunicação com o Município.
Explicou que, em diversas situações, a entidade gestora não comunica atempadamente ao Município ocorrências verificadas nos sistemas sob a sua responsabilidade, dificultando a prestação de informação aos munícipes.
Defendeu que, sempre que a Águas do Alentejo tenha conhecimento de uma situação suscetível de afetar o abastecimento à população, deve informar o Município, permitindo que este proceda à divulgação atempada da informação através dos seus canais oficiais. Considerou que esta articulação é importante quer para os munícipes, quer para o próprio Município e para a entidade gestora.
A presidente concluiu afirmando que o Executivo não pretende conformar-se com o carácter recorrente de determinadas situações relacionadas com o abastecimento de água, pretendendo, pelo contrário, adotar medidas destinadas a prevenir a sua repetição e a resolver, dentro das possibilidades do Município, os problemas identificados.

O vereador António Grilo, solicitou o uso da palavra para exercer o direito de defesa da honra, na sequência das afirmações anteriormente proferidas pelo vereador Mário Caixas, considerando que estas, haviam utilizado o seu nome e colocado em causa a sua integridade e o seu bom nome.

Solicitou aos serviços que consultassem os registos áudio das reuniões anteriores, a fim de verificar se, em algum momento, havia afirmado ao munícipe que deveria conformar-se ou acomodar-se à situação relativa ao abastecimento de água.

Requereu que o resultado dessa verificação ficasse refletido na ata, reiterando que não aceitaria afirmações que considerasse ofensivas ou incorretas relativamente à sua atuação.

O vereador Mário Caixas disse que já havia solicitado, por diversas vezes, acesso aos registos áudio das reuniões, afirmando que, caso tivesse acesso aos mesmos, poderia confirmar concretamente as declarações anteriormente proferidas.

Afirmou ainda que considerava que o não fornecimento dos áudios estaria em desconformidade com os procedimentos aplicáveis, reiterando o pedido de acesso aos registos de reuniões anteriores.

A presidente referiu que, já havia prestado esclarecimentos anteriormente sobre esta matéria, esclarecendo que o acesso aos registos áudio para efeitos de elaboração das atas, que é assegurado pelos assistentes técnicos do Gabinete de Apoio à Presidente.

Intervenção do público

O munícipe José Manuel Campos, que se identificou como natural de Alcácer do Sal, embora atualmente não resida no concelho.

O munícipe solicitou novamente informação sobre o ponto de situação relativo à transmissão online das reuniões da Câmara Municipal e das sessões da Assembleia Municipal, defendendo a importância de permitir aos cidadãos acompanhar, em direto, os trabalhos e as decisões dos órgãos autárquicos.

Considerou particularmente relevante a transmissão das reuniões de Câmara, entendendo que estas permitem à população acompanhar não apenas as decisões formais, mas também as questões suscitadas durante o período antes da ordem do dia e as restantes matérias debatidas pelos eleitos.

A presidente informou que os serviços municipais de comunicação haviam sido incumbidos de estudar a implementação de sistemas de transmissão online, tanto para a Câmara Municipal como para a Assembleia Municipal.

Esclareceu que estavam a ser recolhidas informações junto de outros municípios relativamente às soluções adotadas, nomeadamente por existirem questões

relacionadas com a proteção de dados pessoais que deveriam ser devidamente acauteladas.

Referiu que uma das soluções em análise consistia na utilização de um sistema capaz de captar exclusivamente a imagem da pessoa que se encontra a intervir, sem captar o público ou outros intervenientes que não estejam a usar da palavra.

Acrescentou que o Município terá de adquirir um sistema adequado a esse efeito e que os serviços se encontram a avaliar as soluções disponíveis, manifestando confiança em que será possível implementar o sistema de transmissão das reuniões.

A presidente concluiu que, apesar de as transmissões online constituírem uma matéria importante, por contribuírem para a proximidade e transparência das decisões municipais perante os munícipes, o Executivo tem estado particularmente concentrado noutras situações que exigem uma intervenção imediata, designadamente tendo em conta a aproximação do período de inverno e a necessidade de dar resposta a diversas questões ainda decorrentes das inundações.

Reiterou, contudo, que reforçaria junto do Gabinete de Comunicação a necessidade de obter informação atualizada sobre o assunto, comprometendo-se a apresentar essa informação numa próxima reunião.

Período da Ordem do Dia

Aprovação da ata:

Foi dispensada a leitura da ata por a mesma ter sido previamente distribuída.

- A ata n.º 15 de 13 de agosto de 2026.

O vereador António Grilo, apresentou três propostas de correção de natureza formal ao texto da ata.

A primeira respeitava à linha 205, onde constava uma referência ao vereador António Grilo e ao exercício do direito de defesa da honra, solicitando que ficasse expressamente registado que o vereador António Grilo, no exercício do direito de assistência e defesa da honra, iniciou a respetiva intervenção.

A segunda correção incidia sobre a linha 212, propondo a substituição da palavra "salientado" por "salientando".

A terceira correção, relativa à linha 218, consistia na substituição da expressão "segundo o interveniente" por "segundo o vereador".

O vereador esclareceu que as alterações propostas não implicavam qualquer alteração ao conteúdo da ata, tratando-se apenas de correções formais.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Foi dado conhecimento do saldo de Tesouraria, o qual se dá por integralmente reproduzido no anexo III à presente ata.

01 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia da Comporta, celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo IV à

A presidente, apresentou os primeiros seis pontos em conjunto, por se tratar de aditamentos aos acordos de execução com as seis Freguesias do Município, referindo que as mesmas surgem na sequência da necessidade de proceder à revisão e atualização dos valores previstos nos protocolos celebrados com as juntas de freguesia, adequando-os às atuais condições económicas e financeiras.

Recordou que os acordos de execução em vigor foram negociados e celebrados em 2018 e que, desde então, não foram objeto de atualização, apesar das alterações entretanto verificadas, designadamente em consequência da pandemia de Covid-19, da guerra na Ucrânia e do aumento dos preços dos combustíveis, das matérias-primas e de outros bens e serviços.

Salientou que os valores inicialmente acordados se revelam atualmente insuficientes para que as juntas de freguesia possam assegurar o cumprimento das competências e funções que lhes foram atribuídas, considerando que nenhuma das freguesias dispõe, neste momento, de recursos financeiros adequados à execução integral das obrigações previstas nos respetivos acordos.

A presidente, referiu ainda que a legislação de 2018, relativa à transferência de competências dos municípios para as freguesias, prevê que a transferência das funções seja acompanhada dos recursos humanos e financeiros necessários à sua concretização. Neste âmbito, informou que o anterior Executivo, não procedeu à transferência de competências nos termos referidos, mantendo os acordos de execução existentes, e que o atual Executivo, em funções há cerca de dez meses, iniciou um processo com vista à concretização dessas transferências, o qual ainda não se encontra concluído.

Destacou a importância das juntas de freguesia enquanto estruturas do poder local mais próximas das populações, por serem aquelas que melhor conhecem as necessidades das respetivas comunidades e que, pela sua proximidade, conseguem dar respostas mais céleres e adequadas aos problemas dos cidadãos.

Considerou, por isso, que a atualização dos valores dos acordos de execução constitui uma medida de justiça para com as juntas de freguesia e para com os seus trabalhadores, que diariamente asseguram a prestação de serviços às populações,

procurando cumprir as funções que lhes foram atribuídas, apesar das limitações dos recursos disponíveis.

A presidente explicou que as propostas apresentadas visam, assim, reforçar os meios financeiros ao dispor das juntas de freguesia, permitindo-lhes dar continuidade às competências previstas nos acordos de execução e assegurar uma resposta mais próxima e eficaz às necessidades das populações.

Acrescentou que, aquando da celebração dos acordos de execução, em 2018, existia uma união de freguesias, sendo agora necessário proceder à distribuição dos recursos pelas três freguesias resultantes da desagregação, de acordo com os critérios e métodos anteriormente apresentados e conhecidos pelos membros da Câmara.

Por último, sublinhou a importância do trabalho desenvolvido pelas juntas de freguesia no território, considerando que a sua intervenção é fundamental para o funcionamento do Município e, em última instância, para o bem-estar das pessoas que nele residem.

A presidente, concluiu, referindo que as propostas agora submetidas à apreciação da Câmara Municipal respeitam ao aditamento aos acordos de execução das seis freguesias do Município.

Intervenções:

A vereadora Ana Morgado, referiu que, embora se reconheça a necessidade de reforçar as verbas destinadas às freguesias, os valores constantes das propostas representam, em alguns casos, aumentos muito significativos relativamente aos montantes anteriormente acordados, não se encontrando suficientemente explicitado o critério que presidiu à determinação de cada verba. Considerou, por isso, que a documentação deveria apresentar de forma clara e objetiva a justificação para os diferentes valores atribuídos a cada freguesia, tendo defendido a retirada das propostas e a sua reapresentação após o devido esclarecimento.

A presidente esclareceu que, caso estivessem em causa alterações às áreas ou às competências constantes dos acordos celebrados em 2018, seria necessário proceder à elaboração de novos acordos de execução, não sendo essa a situação em apreciação. Explicou que os documentos em análise correspondem a aditamentos aos acordos existentes, tendo por fundamento as dificuldades manifestadas pelas Juntas de Freguesia no cumprimento das obrigações assumidas, face às verbas atualmente disponíveis.

O vereador António Grilo, esclareceu que o processo de revisão dos valores resultou de reuniões realizadas, desde abril, com todos os Presidentes de Junta de Freguesia, nas quais foram identificados os constrangimentos existentes e as dificuldades em assegurar a execução das competências delegadas. Referiu, designadamente, a insuficiência de meios humanos, equipamentos e recursos financeiros para a

manutenção de espaços verdes, limpeza de ruas, pintura de muros, desobstrução de sumidouros e manutenção de cemitérios, entre outras tarefas.

Explicou que, na sequência da desagregação da União de Freguesias, algumas das freguesias passaram a dispor de recursos manifestamente insuficientes para assegurar as competências que lhes foram atribuídas, situação que veio agravar as dificuldades anteriormente existentes.

Mais esclareceu que o reforço financeiro ficou condicionado pela dotação inscrita na revisão orçamental, tendo sido adotado como referência um acréscimo de cerca de 80% relativamente aos valores inicialmente contratualizados, com exceção da Freguesia do Torrão. Relativamente a esta última, explicou que o valor anteriormente atribuído se encontrava desfasado quando comparado com outras freguesias com menor dimensão populacional e territorial, razão pela qual se considerou necessário proceder a uma correção mais significativa.

O vereador António Grilo, referiu que a Freguesia do Torrão, dispondo de uma população e território superiores aos de outras freguesias rurais e tendo competências semelhantes, recebia anteriormente uma verba de cerca de 20.000 euros, propondo-se agora uma verba de aproximadamente 87.000 euros. Foi salientado que, apesar do aumento significativo, o montante proposto ainda fica aquém daquele que resultaria da aplicação integral do mesmo racional às restantes freguesias, em virtude das limitações orçamentais existentes.

Concluindo que a definição dos valores teve em consideração as necessidades identificadas junto dos Presidentes de Junta, a evolução dos preços dos fatores de produção e a crescente dificuldade das freguesias em assegurar, com os meios atualmente disponíveis, as competências que lhes foram delegadas.

A presidente reforçou a necessidade de aprovação dos aditamentos, salientando que as Juntas de Freguesia necessitam de ter atempadamente a garantia das verbas, designadamente para poderem preparar e lançar os procedimentos necessários à execução dos trabalhos ainda durante o corrente ano. Referiu, a título de exemplo, as dificuldades sentidas pela Freguesia de Santa Susana na contratação de trabalhadores para a manutenção dos espaços verdes, situação que tem obrigado o Município a prestar apoio através dos seus próprios meios.

Sublinhou ainda que a não aprovação dos reforços financeiros poderá comprometer a capacidade das Juntas de Freguesia para assegurar os serviços de proximidade nos respetivos territórios, sobretudo nas freguesias resultantes da desagregação da anterior União de Freguesias.

A vereadora Ana Morgado disse que, a necessidade de reforçar as verbas das freguesias não estava em causa, estando antes em causa a insuficiente explicitação,

na documentação submetida à apreciação da Câmara, dos critérios concretos que determinaram os montantes propostos. Defendendo que os valores deveriam ser acompanhados de uma fundamentação que permitisse compreender, designadamente, por que razão determinada freguesia receberia um acréscimo de determinado montante e não outro.

A presidente disse, que o aumento não resulta de uma decisão arbitrária, mas da necessidade de corrigir uma situação considerada desequilibrada face às características da freguesia, às competências atribuídas e às necessidades identificadas no terreno.

A presidente salientou ainda que alguns Presidentes de Junta manifestaram necessidades financeiras superiores aos valores que o Município, face à disponibilidade orçamental existente, consegue atualmente assegurar.

O vereador Mário Caixas, salientou que a descentralização de competências e o reforço financeiro das Juntas de Freguesia constituem instrumentos essenciais para a coesão territorial e para a eficácia do serviço público de proximidade, declarando-se totalmente favorável ao apoio às freguesias. Contudo, referiu não poder, numa primeira análise, emitir um voto favorável relativamente à forma como o processo havia sido instruído, considerando não estarem suficientemente evidenciados critérios objetivos para a distribuição das verbas.

Sublinhou que as propostas apresentadas pelo Executivo estabeleciam os montantes a transferir para cada uma das seis freguesias, sem demonstrar, de forma clara, fundamentada e quantificável, os critérios e a fórmula de cálculo utilizados para a fixação dos respetivos valores.

Nesse sentido, invocou os princípios da transparência e da responsabilidade na gestão dos dinheiros públicos, defendendo que a distribuição das verbas deve obedecer aos princípios da igualdade, oportunidade e imparcialidade. Considerou necessária a apresentação de uma memória descritiva que permita relacionar os valores atribuídos com indicadores objetivos, designadamente a população, a dimensão territorial e a complexidade das competências e tarefas a executar, de modo a evitar qualquer perceção de discricionariedade.

Acrescentou que, apesar das reservas manifestadas, não pretendia impedir a transferência das verbas para as Juntas de Freguesia, reconhecendo a sua importância e urgência para o funcionamento das mesmas. Assim, classificou a sua posição como um sinal de alerta ao Executivo Municipal relativamente à necessidade de uma fundamentação técnica mais clara dos processos desta natureza.

Por fim, solicitou que, em futuros procedimentos de transferência ou delegação de competências, fossem apresentados critérios objetivos, claros e transparentes que fundamentassem as relações financeiras entre o Município e as Juntas de Freguesia.
A presidente, esclareceu que parte significativa das questões suscitadas já havia sido objeto de esclarecimento durante a reunião, reiterando que, aquando da formalização dos acordos de transferência de competências, a informação seria apresentada de forma detalhada, contemplando as respetivas áreas e competências.
Mais esclareceu que o processo em apreciação correspondia a uma fase necessária à concretização das transferências, não sendo possível, naquele momento, apresentar toda a informação que integrará posteriormente o processo de transferência de competências.
De seguida, foi solicitada a suspensão da reunião, a fim de permitir aos vereadores da CDU, reunirem para apreciação da matéria.
Retomados os trabalhos, a presidente colocou à votação, em conjunto, as propostas relativas à atribuição dos aditamentos aos acordos de execução com as Juntas de Freguesia da Comporta, do Torrão, de São Martinho, de Santa Susana, de Santa Maria do Castelo e de Santiago.
Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta a votação.
Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.
Após a votação, a vereadora Ana Morgado, esclareceu que havia alterado a intenção de voto inicialmente manifestada, depois de terem sido prestados esclarecimentos relativamente à questão suscitada e, sobretudo, porque não se pretende que as Juntas de Freguesia ficassem privadas das verbas em causa, reconhecendo a importância das mesmas para o seu funcionamento.
Todavia, salientou que esperava que situações semelhantes não voltassem a ocorrer no futuro, advertindo que a posição poderá ser diferente em futuras deliberações, a documentação disponibilizada aos vereadores com antecedência não se encontre completa e suficientemente fundamentada.

02 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia do Torrão, celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo V à presente ata.
Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

03 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia de São Martinho,

celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo VI à presente ata.

Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

04 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia de Santa Maria do Castelo, celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo VII à presente ata.

Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

05 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia de Santiago, celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo VIII à presente ata.

Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

06 – Análise e votação da proposta referente ao aditamento ao Acordo de Execução relativo à delegação de competências do Município na Freguesia de Santa Susana, celebrado em 06 de fevereiro de 2018, a qual se dá por reproduzida no anexo IX à presente ata.

Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do vereador Mário Caixas.

07 – Análise e votação da proposta referente alteração ao Protocolo de Cooperação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo X à presente ata.

A proposta foi apresentada pela presidente e pelo vereador António Grilo.

A presidente, referiu que a presente proposta, à semelhança dos aditamentos aos acordos de execução relativos às delegações de competências nas freguesias, se enquadra na visão do executivo quanto à necessidade de proceder à revisão dos valores atribuídos, mediante uma análise das suas necessidades e uma articulação com as respetivas direções.

Salientou a importância fundamental das corporações de bombeiros de Alcácer do Sal e do Torrão na proteção civil, na proteção de pessoas e bens e na resposta a situações de incêndio, calamidade e outras ocorrências, reconhecendo o trabalho desenvolvido pelos bombeiros, muitos dos quais em regime de voluntariado.

A presidente destacou, ainda, que o protocolo de cooperação com os Bombeiros de Alcácer do Sal remontava a outubro de 2024, considerando necessária a atualização

dos valores nele previstos, na sequência do trabalho desenvolvido e do diálogo estabelecido com a entidade.

De seguida, a presidente deu a palavra ao vereador António Grilo, que começou por agradecer as palavras da presidente, salientando igualmente o trabalho desenvolvido pelos técnicos municipais envolvidos no processo de preparação dos protocolos.

O vereador António Grilo, explicou que os novos protocolos assentam numa matriz comum e representam uma alteração significativa relativamente aos instrumentos anteriormente em vigor, na medida em que não se limitam à atribuição de dotações financeiras, prevendo igualmente uma articulação direta entre o Município e as associações, com vista à monitorização da execução das verbas atribuídas.

Esclareceu que a intenção do Município não é proceder à mera transferência de verbas para assegurar a sobrevivência das associações, mas antes identificar as suas necessidades correntes e estabelecer uma relação de acompanhamento e ajustamento, em articulação com os respetivos comandos e direções.

Referiu que os protocolos terão uma vigência anual, permitindo aferir regularmente a execução das medidas previstas e, quando necessário, proceder à revisão dos compromissos inicialmente assumidos.

No que respeita aos valores anteriormente atribuídos, informou que a corporação de Alcácer do Sal dispunha de um protocolo com uma dotação financeira anual de aproximadamente 88.000,00€ , acrescida de outras verbas provenientes de acordos distintos, totalizando cerca de 140.000,00€ anuais. Relativamente à Associação do Torrão, referiu que o valor era de aproximadamente 61.000,00€ , acrescido da comparticipação municipal de 50% numa Equipa de Intervenção Permanente (EIP), perfazendo um valor global aproximado de 94.000,00€ anuais.

O vereador explicou que a proposta visa integrar no protocolo a relação corrente com as corporações, evitando atribuições avulsas anteriormente efetuadas, designadamente para seguros e outras despesas.

Entre as ações e compromissos previstos, destacou a realização de dois simulacros anuais, um dos quais de âmbito concelhio, promovendo igualmente uma maior articulação entre as duas corporações de bombeiros.

Salientou a importância do reforço da proximidade institucional e operacional entre as corporações, considerando que investir na proteção civil representa investir na prevenção e na segurança das populações.

Relativamente às dotações financeiras propostas, informou que um dos protocolos prevê uma dotação anual de aproximadamente 190.000,00 euros para a Associação Humanitária de Bombeiros Mistos de Alcácer do Sal, correspondendo a um aumento de cerca de 30% relativamente ao valor inicial do protocolo. Esclareceu, contudo, que

os financiamentos das Equipas de Intervenção Permanente não se encontram incluídos nestas dotações.

O vereador referiu que as EIP constituem, atualmente, um dos instrumentos disponíveis para a profissionalização de parte dos corpos de bombeiros, dando nota de que a corporação do Torrão dispõe de uma EIP ativa há vários anos e que foi aprovada uma segunda equipa, cuja entrada em funcionamento deverá ocorrer até novembro do corrente ano, mediante a apresentação da respetiva proposta à Câmara Municipal.

Acrescentou que, com a concretização dessa segunda equipa, a corporação poderá contar com um corpo de dez elementos profissionalizados, suportados financeiramente em partes iguais pelo Município e pela Autoridade Nacional.

No que respeita à corporação de Alcácer do Sal, referiu que tem vindo a ser promovida a possibilidade de candidatura a uma EIP, salientando a maior abertura manifestada recentemente pela respetiva direção para avançar nesse sentido.

Esclareceu, ainda, que os financiamentos extraordinários e os investimentos em equipamentos que venham a ser considerados necessários serão objeto de propostas próprias, a submeter oportunamente à apreciação da Câmara Municipal, não estando abrangidos pelas dotações correntes dos protocolos.

Relativamente aos compromissos previstos, informou que os protocolos contemplam, designadamente:

a) O reforço operacional e permanente das corporações;

b) A manutenção de veículos e instalações;

c) A aquisição e manutenção de equipamentos de proteção individual;

d) A formação e capacitação operacional dos bombeiros;

e) O apoio à realização de prevenções de âmbito municipal;

f) A colaboração com o Sistema Municipal de Proteção Civil;

g) A criação de uma dotação destinada ao programa de incentivo ao voluntariado.

O vereador salientou a importância de assegurar que parte das verbas atribuídas seja aplicada na formação, capacitação e atração de novos voluntários, considerando essencial investir nas pessoas e na valorização do voluntariado.

Informou, igualmente, que se encontrava em preparação um programa de incentivos dirigido a bombeiros e a outras forças de segurança e de saúde, que poderá contemplar medidas de discriminação positiva no âmbito das receitas municipais, designadamente através da redução ou isenção de determinadas taxas, com vista à valorização do serviço prestado por estes agentes.

Mais referiu que os protocolos estabelecem um conjunto de ações e compromissos para ambas as partes, prevendo a elaboração de um relatório anual de monitorização

da execução. Para esse efeito, será designado um responsável pelo Município e outro pela associação, devendo o relatório relativo à execução do ano anterior ser emitido até ao final do mês de fevereiro de cada ano.

Concluiu, afirmando que as propostas representam um reforço significativo do apoio municipal às corporações de bombeiros e um esforço considerável do Orçamento Municipal, traduzindo uma abordagem de acompanhamento e cooperação regular.

Retomando a palavra, a presidente reforçou que os financiamentos das Equipas de Intervenção Permanente não se encontram abrangidos pelos protocolos em apreciação.

Manifestou, ainda, a sua satisfação pela maior abertura demonstrada pela corporação de Alcácer do Sal relativamente à possibilidade de candidatura a uma EIP, recordando que, em momento anterior, havia sido aprovada uma candidatura para aquela corporação, não tendo, contudo, sido concretizada a assinatura do respetivo protocolo.

Salientou que a adesão a este instrumento deve resultar da vontade e da necessidade sentida pela própria associação, reconhecendo os resultados positivos que as EIP têm vindo a produzir noutras corporações de bombeiros.

O vereador António Grilo esclareceu ainda que, a propósito, das EIP, que o procedimento de candidatura não é automático, existindo um número limitado de equipas a atribuir por distrito, sendo a sua distribuição condicionada pelo número de corporações ou associações candidatas.

De seguida, deu nota de uma candidatura apresentada com o apoio técnico do Município, em nome da associação, destinada à aquisição de um meio aquático operacional, uma vez que a corporação não dispunha de equipamento dessa natureza.

Explicou que a candidatura, caso aprovada, permitirá um investimento de aproximadamente 300.000,00€ , com financiamento a 100%, destinado à aquisição de uma embarcação e de um veículo para o seu transporte, equipamento considerado de grande importância para reforçar a capacidade de resposta da corporação.

O vereador sublinhou que o Município pretende contribuir para dotar as corporações dos equipamentos necessários à prestação de uma resposta adequada e atempada às populações.

A presidente concordou com o exposto, salientando que o reforço dos meios disponíveis para as corporações de bombeiros contribui diretamente para a proteção das populações.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

08 – Análise e votação da proposta referente à alteração ao Protocolo de Cooperação com a Associação Humanitária dos Bombeiros Mistos do Torrão, a qual se dá por reproduzida no anexo XI à presente ata.

A presidente referiu que, considerando que já foram prestados os esclarecimentos necessários, questionou, se é necessário algum esclarecimento adicional.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

09 – Análise e votação da proposta referente à renovação de protocolo de colaboração com o Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado para o fornecimento de refeições aos alunos do 1.º ciclo da E.B. do Olival Queimado – Ano letivo 2026-2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XII à presente ata.

A presidente esclareceu que, não dispondo a E.B do Olival Queimado, de cantina própria, o Município estabelece um protocolo de colaboração para assegurar o fornecimento das refeições escolares neste âmbito, os alunos deslocam-se às instalações do Centro Cultural dos Bairros de São João e Olival Queimado, para usufruírem das refeições, sendo o respetivo custo suportado pelo Município, nos termos estabelecidos no protocolo.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

10 – Análise e votação da proposta referente à renovação de protocolo de colaboração com a Associação de Apoio Social de Casebres para o fornecimento de refeições aos alunos da Escola Básica de Casebres – Ano letivo 2026/2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XIII à presente ata.

A Presidente referiu que se trata do mesmo assunto da proposta anterior, salientou ainda a importância da manutenção do funcionamento daquela escola, apesar do reduzido número de alunos que a frequentam, considera, o Município fundamental assegurar as condições necessárias à permanência da escola e à prestação do serviço de refeições escolares.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

11 – Análise e votação da proposta referente à aprovação das listagens para atribuição de auxílios económicos e inscrições nas atividades de animação e de apoio à família para o ano letivo 2026/2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XIV à presente ata.

A presidente apresentou a proposta, referente as listagens para atribuição de auxílios económicos, destinada aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico e da educação pré-escolar, tendo por base os cálculos efetuados pelos serviços técnicos do Município, em função dos rendimentos dos respetivos agregados familiares, foi igualmente apresentada a lista nominal dos alunos abrangidos pelos apoios correspondentes aos escalões A e B da Ação Social Escolar, bem como pelos apoios à família, para o ano letivo 2026/2027.

A presidente esclareceu que se trata de um processo de natureza dinâmica, particularmente no que respeita aos apoios à família, sendo os respetivos processos submetidos à apreciação da Câmara Municipal à medida que os alunos são inscritos e os processos instruídos pelos serviços.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

12 – Análise e votação da proposta referente à renovação de protocolo de colaboração com o Centro Paroquial do Torrão, a qual se dá por reproduzida no anexo XV à presente ata.

A presidente apresentou a proposta de renovação do protocolo de colaboração entre a Câmara Municipal de Alcácer do Sal e o Centro Paroquial do Torrão, tendo em vista assegurar o fornecimento de refeições aos alunos.

A Presidente esclareceu que, no âmbito deste protocolo, são disponibilizadas pelo Centro Paroquial do Torrão funcionárias que prestam apoio ao Agrupamento de Escolas, designadamente no âmbito da confeção e fornecimento das refeições escolares.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

13 – Análise e votação da proposta referente ao protocolo de colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, no âmbito dos transportes escolares – Ano letivo 2026/2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XVI à presente ata.

A presidente apresentou a proposta de celebração de protocolo de colaboração entre o Município de Alcácer do Sal e a Junta de Freguesia de Santa Maria do Castelo, tendo em vista assegurar o transporte de alunos com necessidades especiais e com mobilidade reduzida durante o próximo ano letivo.

Referindo que a Junta de Freguesia dispõe de uma viatura destinada ao transporte de pessoas com mobilidade reduzida, sendo que o Município recorre a este serviço para assegurar o transporte dos alunos que dele necessitam. À semelhança de anos

anteriores, a presente proposta visa formalizar a colaboração entre as duas entidades para o próximo ano letivo, nos termos constantes da informação técnica e dos respetivos quadros que acompanham a proposta.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

14 – Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento de concurso público ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 20º do CCP, para aquisição de mobiliário e equipamentos para a Escola Básica de Alcácer do Sal (Escola dos Telheiros), a qual se dá por reproduzida no anexo XVII à presente ata.
A presidente, referiu, que a intervenção na Escola Básica dos Telheiros compreendeu duas empreitadas distintas no mesmo espaço, designadamente a intervenção nos edifícios exteriores, já concluída, e a intervenção na parte correspondente aos edifícios escolares, cuja conclusão aguarda ainda a intervenção de um parecer da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, de modo que a obra possa ser formalmente dada por concluída.
Mais foi salientado que a intervenção decorre de uma candidatura aprovada, sendo necessário dar celeridade aos procedimentos subsequentes, designadamente à aquisição do mobiliário e dos equipamentos necessários ao funcionamento da escola.
Nesse sentido, foi proposta a abertura do respetivo procedimento de concurso público, encontrando-se instruído o processo com a informação técnica e administrativa necessária, incluindo a proposta de minuta do contrato, o programa do procedimento e o caderno de encargos, onde se encontram definidos os bens e equipamentos a adquirir, as respetivas características e os preços de referência.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

15 – Análise e votação da proposta referente à adjudicação – Concurso público para aquisição de serviços de transportes escolares, circuitos especiais para o ano letivo de 2026/2027 no concelho de Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo XVIII à presente ata.
A presidente disse que esta proposta, respeita à adjudicação dos serviços de transportes escolares nos circuitos especiais, para o ano letivo 2026/2027.
Informando que, em reunião anterior, foram apresentados os procedimentos e o concurso público para a aquisição de serviços de transportes escolares destinados aos referidos circuitos especiais, sendo agora submetida à apreciação do Executivo a proposta de adjudicação às entidades concorrentes.

Esclareceu também que, no âmbito do procedimento concursal, foram apresentadas duas propostas, propondo-se a adjudicação à Rodoviária do Alentejo dos dois circuitos especiais de transporte escolar.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

16 – Análise e votação da proposta referente ao concurso público para aquisição de serviço de transporte escolar em veículos automóveis ligeiros de passageiros de aluguer – Circuitos especiais para o ano letivo 2026/2027 no concelho de Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo XIX à presente ata.

A presidente, apresentou a proposta de adjudicação de serviços de transportes escolares efetuados em veículos ligeiros, na qual se identificam os diversos circuitos e as entidades a quem os mesmos foram atribuídos.

Sendo igualmente submetida à aprovação a respetiva minuta de contrato.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

17 – Análise e votação da proposta referente ao fornecimento de energia elétrica 2026/2027, ao abrigo do Acordo Quadro – AQ 01/2025 CC – CIMAL – Revogação do Procedimento n.º 2026/300.10.005/581 e Abertura de novo Procedimento, a qual se dá por reproduzida no anexo XX à presente ata.

A presidente disse que esta proposta, prende-se com a análise e votação relativa ao fornecimento de energia elétrica ao abrigo de Acordo-Quadro, propondo-se a revogação do procedimento anteriormente lançado e a abertura de um novo procedimento.

Referindo que a proposta é apresentada sob ratificação, em virtude da urgência da matéria. Esclareceu que, embora não seja intenção do Executivo recorrer frequentemente a propostas sob ratificação, existem situações cuja natureza urgente, não permite aguardar pela realização de uma reunião ordinária, sob pena de comprometer a adequada prossecução dos procedimentos necessários.

A presidente explicou que, relativamente ao procedimento anteriormente lançado, o mesmo se encontrava dividido em vários lotes, tendo sido apresentadas propostas por diversas empresas. Contudo, aquando da fase de entrega da documentação necessária, verificou-se que a empresa inicialmente classificada em primeiro lugar não apresentou os documentos exigidos, situação que se repetiu relativamente às empresas subsequentes, tendo sido necessário percorrer as propostas apresentadas até ao limite das possibilidades previstas no procedimento, perante a impossibilidade

de concluir o procedimento nos termos inicialmente previstos, tornou-se necessário proceder à sua revogação e ao lançamento de um novo procedimento para o fornecimento de energia elétrica ao abrigo do Acordo-Quadro.

Assim, a proposta agora apresentada, visa a ratificação da decisão de revogação do procedimento anterior e da decisão de abertura de um novo procedimento para o fornecimento de energia elétrica, encontrando-se toda a documentação e informação técnica disponibilizada no processo.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

A vereadora Ana Morgado não participou na votação.

18 – Análise e votação da proposta referente à empreitada "Reparação da estrada municipal EM01 – Alberge/Casebres" – Pedido de prorrogação de prazo apresentado pelo empreiteiro – Análise de enquadramento no regime do Decreto-Lei n.º 40-A/2026, de 13 de fevereiro, a qual se dá por reproduzida no anexo XXI à presente ata.

Foi presente a proposta relativa ao pedido de prorrogação do prazo apresentado pelo empreiteiro responsável pela empreitada de reparação da Estrada Municipal Alberge – Casebres, solicitando a extensão do prazo de execução até ao dia 30 de setembro.

A presidente referiu, que o pedido de prorrogação se encontra fundamentado, designadamente, nos constrangimentos decorrentes da tempestade Kristin, bem como na necessidade urgente de o empreiteiro dar resposta a outras intervenções de reparação de estradas para as quais foi igualmente contratado.

Referido ainda, que a legislação aprovada pelo Governo na sequência dos efeitos da referida tempestade permite a adoção de medidas desta natureza, encontrando-se, assim, reunidas as condições para apreciação favorável do pedido apresentado.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

19 – Análise e votação da proposta referente à abertura de procedimento para concurso público para aquisição de serviços na área dos seguros – Ano 2027, a qual se dá por reproduzida no anexo XXII à presente ata.

A presidente disse que, este procedimento tem como objetivo assegurar a continuidade dos serviços de seguros do Município durante o ano de 2027, encontrando-se a proposta organizada por lotes, de acordo com as diferentes modalidades e necessidades identificadas, conforme informação detalhada constante do processo.

Referido ainda, que, caso exista alguma dúvida ou questão, podem ser esclarecidas, pois está presente, a Chefe de Divisão, que poderá prestar os necessários esclarecimentos técnicos.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

A vereadora Ana Morgado não participou na votação.

20 – Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas modulares pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afetadas pelas inundações 2026, devidamente equipadas e mobiladas, a qual se dá por reproduzida no anexo XXIII à presente ata.

A presidente informou que, na reunião anterior, havia sido submetido à apreciação do Executivo o contrato interadministrativo celebrado entre a CCDR e a Câmara Municipal, que permite ao Município proceder à aquisição das referidas estruturas modulares.

Mais esclareceu que as estruturas a adquirir ficarão propriedade do Município, encontrando-se a informação relativa ao procedimento e às condições da aquisição devidamente detalhada nos documentos que acompanham a proposta.

O vereador Mário Caixas apresentou oralmente um requerimento, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo XXIV à presente ata.

A presidente agradeceu a intervenção do vereador, referindo que o assunto havia sido amplamente discutido na reunião anterior, tendo sido analisados os diversos pontos suscitados. Salientou ainda que o processo foi acompanhado pelos serviços jurídicos da Câmara Municipal, bem como pelos serviços jurídicos da CCDR e dos respetivos Ministérios, considerando, assim, prestados os esclarecimentos que se lhe ofereciam sobre a matéria.

Não havendo mais intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por maioria com 1 voto contra do vereador Mário Caixas.

O vereador Mário Caixas apresentou oralmente uma Declaração de Voto, que disponibilizou em impressão de papel aos serviços e que se dá por reproduzida no anexo XXV à presente ata.

21 – Análise e votação da proposta referente ao contrato de arrendamento para fins não habitacionais com prazo certo – Lote 9 B ZIL, a qual se dá por reproduzida no anexo XXVI à presente ata.

O vereador António Grilo, apresentou a proposta referente a um lote localizado na ZIL, o qual se encontra parcelado em duas parcelas, designadas por parcelas B e C.
Foi explicado que o requerente é arrendatário da parcela B do referido lote desde 1998 e que, em 2015, assumiu a posição contratual relativa à parcela C, passando a deter dois contratos distintos de arrendamento.
Na sequência de requerimento apresentado pelo interessado e após análise efetuada pelos serviços municipais, é proposta a revogação dos dois contratos de arrendamento atualmente existentes e a celebração de um novo contrato, abrangendo a totalidade da área correspondente às duas parcelas.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.
Deliberação: Aprovada por unanimidade.

22 – Análise e votação da proposta referente à alienação do lote 9 do loteamento 2/2024 de Vale de Guizo, a qual se dá por reproduzida no anexo XXVII à presente ata.
O vereador António Grilo, referiu que na origem deste loteamento, esteve um protocolo celebrado entre o Município de Alcácer do Sal e a Herdade de Porches, tendo, posteriormente, sido identificadas algumas situações que careciam de regularização, entre as quais a respeitante ao lote n.º 9.
O vereador referiu ainda, que a situação foi objeto de regularização através da alteração ao loteamento aprovada em setembro de 2025, permitindo, nesta fase, proceder à respetiva alienação e ao subsequente registo, assim, foi proposto à Câmara Municipal que aprovasse a alienação do lote n.º 9, nos termos do protocolo celebrado em maio de 2002, o qual estabelecia que, para efeitos de alienação, o valor seria indexado aos emolumentos dos registos da Conservatória.
O vereador esclareceu que, à data da celebração do protocolo, o valor correspondente era de 125,00 € , tendo os processos, entretanto regularizados sido tratados com base nesse montante. Face à atualização dos referidos emolumentos, foi proposto que o valor a aplicar à presente alienação fosse de 250,00 € .
O Vereador concluiu, referindo que a alienação deste lote será pela verba que aqui está estabelecida, de acordo com o protocolo.
Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.
Deliberação: Aprovada por maioria com 1 abstenção do Vereador Mário Caixas.

23 – Análise e conhecimento da proposta referente ao procedimento concursal para a "Atribuição de lotes de terreno destinados à construção de habitação para jovens" / Incumprimento ao regulamento, a qual se dá por reproduzida no anexo XXVIII à presente ata.

O vereador António Grilo, referiu que este é um processo, relativo a um jovem munícipe, cujo incumprimento regulamentar havia sido anteriormente apreciado pelo órgão executivo, tendo o Executivo Permanente e os Vereadores eleitos pela CDU presentes nessa reunião permitido a regularização da situação, de forma a não colocar em causa a atribuição do lote destinado à construção da sua habitação própria e permanente.

Referindo ainda que, na mesma data em que o assunto foi anteriormente apreciado, foram suscitadas diversas questões, algumas consideradas infundadas e outras entendidas como injuriosas. Nesse contexto, e tendo em consideração que a situação se encontra, entretanto, regularizada, foi solicitado aos serviços que elaborassem a presente proposta, com o objetivo de dar conhecimento à Câmara Municipal da resolução do processo.

O vereador informou, que a situação de incumprimento regulamentar foi efetivamente regularizada pelo requerente no prazo de pouco mais de dois meses, não tendo sido necessário utilizar o prazo de seis meses que lhe havia sido inicialmente concedido.

Tomado conhecimento.

24 – Análise e votação da proposta referente ao procedimento concursal para a "Atribuição de lotes de terreno destinados à construção de habitação para jovens" / Pedido de prorrogação de prazo entrega de processo de comunicação prévia – Lote 66 do loteamento de Santa Catarina – Alcácer do Sal, a qual se dá por reproduzida no anexo XXIX à presente ata.

O vereador António Grilo, disse que esta proposta se encontra devidamente instruída e fundamentada, permitindo compreender as circunstâncias subjacentes ao pedido. Salientando ainda que a atual dificuldade existente no mercado em matéria de contratação de empreiteiros de construção civil, circunstância que tem condicionado o cumprimento dos prazos previstos.

Nestes termos, propõe-se, a não declaração do exercício do direito de reversão do lote pelo Município, bem como a concessão ao requerente do prazo de 30 dias para apresentação do pedido de comunicação prévia.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

25 – Análise e votação da proposta referente ao apoio financeiro extraordinário à Associação Comunidade Ativa da Carrasqueira, a qual se dá por reproduzida no anexo XXX à presente ata.

O vereador António Grilo apresentou a proposta de atribuição de apoio à Associação Comunidade Ativa da Carrasqueira, referindo que esta entidade possui uma identidade própria e um significativo enraizamento na freguesia e, em particular, na comunidade da Carrasqueira, considerando-se importante reforçar e valorizar o trabalho que tem vindo a desenvolver.

O Vereador salientou que grande parte dos dinamizadores e dirigentes da Associação são jovens da própria comunidade, contribuindo para a preservação e valorização da sua identidade e para o envolvimento da população nas iniciativas locais.

Referindo ainda que esta Associação tem vindo, há vários anos, a assumir a organização das Festas em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes, evento de relevância para a comunidade local e que inclui, designadamente, iniciativas de carácter marítimo, no âmbito da realização da referida festividade, prevista para o mês de setembro, a Associação solicitou o apoio do Município, quer de natureza logística, quer financeira. O vereador disse que o apoio logístico já se encontra assegurado pelos serviços municipais, sendo submetida à apreciação da Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro destinado a comparticipar os custos inerentes à organização e dinamização do evento.

Não havendo intervenções, a presidente colocou a proposta à votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

Não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião pelas 12h05m, sendo a respetiva ata aprovada em minuta, a fim das deliberações constantes da mesma adquirirem eficácia, nos termos do art.º 57.º, nºs 3 e 4 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. E eu, Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, redigi a presente ata que assino com a Presidente da Câmara Municipal.

A Presidente da Câmara Municipal

A Assistente Técnica

Praça Pedro Nunes 7580-125 Alcácer do Sal
Tel: 265247000 - Fax: 265247003
secretaria.gap@m-alcacerdosal.pt

Anexo I

Exma. Sra. Presidente da Câmara Municipal
Exmos. Srs. Vereadores

MÁRIO ALBERTO MARTINS CAIXAS, Vereador, vem, nos termos do art. 7º do Regimento, colocar à consideração desta Câmara Municipal, requerendo o respectivo processamento imediato, a seguinte

MOÇÃO

CONSIDERANDOS

1. Nas situações mais aflitivas das cheias que afectaram Alcácer do Sal, em Janeiro e Fevereiro passados, quando solicitados a colaborarem com os Serviços Municipais em operações de emergência, com pessoal e equipamento, diversos particulares, cidadãos e empresas, disponibilizaram-se à primeira chamada, havendo sido instrumento decisivo para o melhor desempenho na altura, que foi amplamente reconhecido.
2. Até à data a Sra. Presidente não deu conhecimento a esta Câmara das diligências realizadas, para a satisfação dos custos que os referidos cidadãos e empresas hajam informado, lacuna que, sendo o respectivo ressarcimento da mais elementar justiça, se impõe colmatar.
3. Do meu conhecimento pessoal, colaboraram, nessas intervenções, os seguintes cidadãos e empresas:

Alvorada Honesta, L.da - Paulo Silva
António Custódio Pastor Danado e filhos
António Joaquim Miquelino Padeirinha
António Manuel Caetano Rodrigues
António Manuel Marques
Arnaldo Cruz filho - O Cuba
Associação de Agricultores de Alcácer do Sal
Associação de Beneficiários do Vale do Sado
Augusto António Mendes Vacas
Celestino Rosa Mateus
Combustoil, Lda. - Sr. Paulo Ferreira e seus colaboradores
Daniel Santos
Ernesto António Fortunato
Escala Visual, L.da - Sr. Paulo Costa e seus colaboradores
Filipe Carolino Mendes
Francisco José da Costa Passos Vacas
Francisco Luis Mendes de Carvalho
Francisco Miguel Braga de Carvalho
Guilherme Manuel Baião Danado
Henrique Manuel Verdelho Porfirio

Município de Alcácer do Sal
Reunião de Câmara
Ordinária [X] Extraordinária [ ]
DELIBERAÇÃO
Aprovada por maioria com 2 votos contra do Presidente e do Vereador Antônio Gilo
Data 27/08/2026 O Presidente

Henrique Guilherme Parreira Porfirio
João Guilherme Martins Danado
João Manuel Braga
José Francisco Gonçalves
José Maria Mendes Vacas
José Vasconcelos Franco Núncio Cecilio e filhos
Leonel Luis Pereira
Luis Pereira
Manuel Eduardo Carreira Etelvino
Natálio Alves Dâmaso e familia
Nelson Manuel de Matos Simões
Paulo Delfino Dias
Paulo Jorge Barrela Banha
Pinhão Pais e Caixas, L.da - Sr. Fernando Paulo Caixas e Sr. António Manuel Pais
Renato Emanuel Martins Tavares
Silvia Rosalino - Snackbar Kardus
Tânia Flamino - Pastelaria Baliquinhos
Vitor Costa Dâmaso
Vomar, L.da - Sr. Francisco Almeida e Sr. Valdemar Parreira
VSL Sistemas Portugal - Pré-esforço, Equipamentos e Montagens, S.A. - Sr. César Sampaio, Sr. Duarte Pestana e restantes colaboradores

TERMOS EM QUE

A CÂMARA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL DELIBERA

I) RECOMENDAR que a Sra. Presidente da Câmara,

a) PROCEDA À IDENTIFICAÇÃO dos cidadãos e empresas que no decurso das cheias de Janeiro e Fevereiro passados, colaboraram com pessoal e equipamento nas intervenções de emergência realizadas pelos serviços municipais

b) PROCEDA À INTERPELAÇÃO dos mesmos cidadãos e empresas que ainda o não hajam feito, para que venham informar sobre os custos que suportaram, visando o seu ressarcimento

II) QUE a Sra Presidente INFORME em 30 dias, esta Câmara Municipal sobre a evolução do assunto objecto desta Moção.

Alcácer do Sal, 27 de Agosto de 2026
O Vereador,
Mário Alberto Martins Caixas

Anexo II

DECLARAÇÃO POLÍTICA

Sra Presidente
Srs Vereadores

I

Na reunião desta Câmara Municipal de 13.08.2026, na parte de intervenção do público, o Sr. Casimiro Emídio, de família bem conhecida no concelho, expôs que na sua residência sita numa das ruas de acesso ao cemitério desta cidade, há mais de duas semanas que a pressão da água não é suficiente para o funcionamento do esquentador, com a consequência de não ser possível a ele e familiares tomarem banho em condições, exigindo as medidas adequadas a resolver a situação, concluindo por referência à gestão da Sra. Presidente e do Sr. Vice-Presidente como incompetente.

A Sra Presidente não negou a factualidade denunciada, e referiu, o que nunca foi transmitido a esta Câmara Municipal, de que estarão projectadas obras de recuperação da rede, com o adequado financiamaento, e como de costume remeteu para outrém, agora não o Estado, não a Águas do Alentejo, não um outro terceiro, mas a gestão dos últimos executivos municipais, a responsabilidade pela situação.

O Sr. Vice-Presidente que mora nas proximidades do Sr. Casimiro Emídio, confirmou que também na sua residência se verifica a deficiência apontada, e adiantou possíveis causas sem indicar hipotética solução.

Este incidente não mereceu na proposta de Acta, relevo que evidencie o grotesco da situação, a Sra. Presidente nada adiantando como resposta às preocupações do munícipe, e o Sr. Vice-Presidente sugerindo ao mesmo que se vá habituando a conformar-se com a não resolução do assunto.

À falta de melhor, ficámos a saber que pelo menos um munícipe que não é vereador, não sufraga a actual gestão municipal, contrariando a unanimidade imposta e ficcionada no site do Município.

Agora, não sabendo se o assunto da reclamação do Sr. Casimiro Emídio está resolvido, tenho por conveniente que o mesmo vá à Acta desta reunião através desta declaração, porque com ele se revela, agora no caso do abastecimento de água, o desprezo recorrente da gestão da Sra. Presidente e do Sr. Vice-Presidente, pelos munícipes, na vertente da ausência de informação útil e atempada do que se passa. De facto, mesmo quando a causa seja da responsabilidade da Águas do Alentejo, a dita obrigação informativa para com os alcacerenses é em primeira linha do Município, porque parceira daquela na actividade e por isso a quem se exige o conhecimento da situação, e ao mesmo tempo quem é parte na relação contratual com os consumidores, para mais quando subsequentemente às reparações se impõe a monitorização dos efeitos destas.

Na zona da Quintinha a água faltou ou não teve pressão, sete (7) dias seguidos (de 23 a 30 de Julho passado), com repetidas intervenções da Águas do Alentejo, e durante esse período o site do Município nada informou, esteve ocupado com as lides protagonizando a Sra Presidente ....

Também se impõe que a Sra Presidente, tão célere a atacar os últimos executivos municipais, e a desconsiderar os Vereadores deste órgão sem funções executivas, explicite o que não fez ao longo destes 10 (dez) meses de gestão, sobre o estado do abastecimento domiciliário de água no concelho, e que medidas projecta propor se adoptem,

mesmo, e sobretudo, quando o assunto é difícil como outros que não aborda, porque não se coadunam com o populismo, única preocupação da sua actuação, o que reclamamos.

Alcácer Sal, 27.08.2026 Mário Loaíxas

Anexo XXIV

Proposta 20 – Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas modulares pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afectadas pelas inundações 2026, devidamente equipadas e mobiladas.

Tenho a dizer o seguinte:

1. Não foram disponibilizados elementos que comprovem a consulta preliminar, e não é modo de proceder na admistração pública, em ter de acreditar na realização da mesma sem junção da respectiva prova documental.

2. Não há nenhum relatório, mesmo com origem no Estado (Secretaria de Estado da Habitação, Instituto da Habitação e da reabilitação Urbana, e/ou da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo) que demonstre a consistência económico-financeira da solução adoptada.

3. Falemos, agora de **Economia, eficiência e eficácia.**

3.1 - A assunção de compromissos e a realização de despesa pelos serviços e pelas entidades pertencentes aos subsectores que constituem o sector das administrações públicas estão sujeitas ao princípio da economia, eficiência e eficácia.
3.2 - A economia, a eficiência e a eficácia consistem na:
a) Utilização do mínimo de recursos que assegurem os adequados padrões de qualidade do serviço público;
b) Promoção do acréscimo de produtividade pelo alcance de resultados semelhantes com menor despesa;
c) Utilização dos recursos mais adequados para atingir o resultado que se pretende alcançar.

4. Falta de fundamentação da situação de ***ajuste directo***:
a) Não é possível o ajuste directo de obra já realizada ao abrigo do artigo 3.º n.º 4 do Decreto-Lei n.º 40-A/2026 de 13/2.
b) Ainda que fosse possível o ajuste directo ele teria que se conformar com o regime do artigo 24.º n.º1 c) do Código dos contratos Públicos (CCP), e não há nenhuma factualidade que evidencie essa necessidade, uma vez que a obra já foi executada, e aplicar este artigo após a obra estar pronta constitui uma **ilegalidade grave.**
c) Existe falta de fundamentação de acordo com o artigo 38.º do CCP.

d) Tudo isto é inválido com responsabilidades financeiras para quem aprovar.

5. Ainda, ficou por esclarecer na proposta, se o contrato interadministrativo celebrado entre o Município e a CCDR-Alentejo, é o do regime invocado no artigo 22.º do RFAL (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais - Lei 73/2013 de 13/09), em que se consente a consignação de receitas (conforme o art. 9.º-C da referida lei) como se pretende, ou se é o do artigo 22º-A do RFAL (Lei 73/2013 de 13/09) **que é invocado**, e que prevê outras formas de colaboração entre o Estado e as autarquais locais, fora das situações de emergência.

6. O antecedente do alegado aluguer de equipamento, agora em análise, foi validado por esta Câmara Municipal em 19-03-2026. A proposta agora apresentada pretende em suma legalizar à posteriori, o que já em Março de 2026 não tinha fundamento, já então não era possível o ajuste directo.

Alcácer do Sal, 27 de Agosto de 2026

O Vereador,

Mário Alberto Martins Caixas

Anexo XXV

DECLARAÇÃO DE VOTO

Proposta N.º 20: Análise e votação da proposta referente à aquisição de estruturas modulares pré-fabricadas destinadas a realojamento de pessoas e famílias afectadas pelas inundações 2026, devidamente equipadas e mobiladas.

Senhora Presidente, Senhores Vereadores,

Voto **CONTRA** a presente proposta pelos seguintes fundamentos de legalidade, transparência e rigor financeiro:

- **Falta de Transparência:** O processo não contém documentos que comprovem a realização da consulta preliminar obrigatória. Na Administração Pública, os actos provam-se por documentos e não por mera fé partidária ou institucional.
- **Ausência de Estudo Económico:** Não existe qualquer relatório técnico do Estado, do IHRU ou da CCDR-Alentejo que comprove a consistência económico-financeira e a sustentabilidade desta opção regulamentar.
- **Incongruência e Contradição Legal:** A proposta invoca a situação de calamidade (Artigo 22.º do RFAL) para justificar o ajuste directo. Contudo, o contrato assinado com a CCDR-Alentejo em 18-08-2026 fundamenta-se no Artigo 22.º-A do RFAL (colaboração regular). Esta contradição gera uma dúvida grave:

1. Qual é o verdadeiro enquadramento jurídico deste processo?

- **Violação das Regras Financeiras:** O Princípio da Não Consignação de receitas, previsto no Artigo 9.º-C do RFAL, apenas excepciona as receitas do Artigo 22.º (emergência) e não as do Artigo 22.º-A. A mistura de regimes põe em causa a legalidade orçamental da despesa.
- **Inversão de Procedimentos Transgressora:** O acordo ignora voluntariamente que a empresa destinatária da proposta já forneceu os contentores ao Município na segunda quinzena de Fevereiro de 2026. Estamos perante a tentativa de legalizar um facto consumado, violando as regras da contratação pública.

Face às graves omissões documentais, contradições na base jurídica e atropelos procedimentais, este processo carece de validade legal. Em defesa do rigor e do interesse público, o meu voto é **CONTRA**.

Solicito que esta declaração de voto seja integralmente lavrada em acta.

Alcácer do Sal, 27 de Agosto de 2026.

O Vereador,

Mário Alberto Martins Caixas